

AMÉRICA LATINA: INDUSTRIALIZAÇÃO, CRISE E NEOLIBERALISMO

WILSON CANO¹

O artigo analisa e discute os efeitos da introdução, a partir do final dos anos oitenta, de políticas neoliberais e reformas institucionais na América Latina. Para tanto, complementa suas reflexões anteriores, com pesquisa realizada em oito países da região: Cuba e os sete principais capitalistas: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela.

O período de análise abarca desde o final da década de 1980 até 2000.

Faz, na introdução, sucinto resumo e confronto com o período de 1929-1979 e com a década de 1980, vis-a-vis o período atual, mostrando como, no primeiro período, a região contou com maiores graus de liberdade e de soberania no uso da política econômica.

Mostra como isto sofre profundo abalo na década de 1980, quando a região foi duramente golpeada pela *crise da dívida externa*, com drástica redução do investimento e financiamento externos e de forte estrangulamento da política econômica. Analisa em seguida, mais detalhadamente, o transcurso atual.

Apresenta os quadros médios da situação vigente para a região como um todo e alguns destaques para países isolados. São apresentadas as principais reformas, os planos de estabilização e as políticas econômicas resultantes. Do balanço analítico macroeconômico (produção, consumo, investimentos, balanço de pagamentos, financiamento, privatização, etc.) mostra os principais efeitos sobre aquelas estruturas e variáveis e seus principais efeitos sobre a grave situação social da região.

A versão original deste texto contemplou a análise da economia latino-americana em três períodos: o de 1929/1979, o da década de 1980 e o posterior a 1989. Pensa como hipótese central que, no primeiro período, a região teve maiores graus de liberdade (embora diferenciada por países e circunstâncias) no manejo da política econômica, o que lhe permitiu avançar sua industrialização. Nos demais, principalmente no terceiro, a situação internacional obstou o exercício dessa soberania, pela pressão das circunstâncias e pela imposição externa à implantação de políticas de corte neoliberal.

Entre 1929 e 1937, os países industrializados, notadamente os EUA e a Inglaterra, estavam muito afetados pela Grande Depressão, praticamente impedidos de exercer maiores pressões econômicas e políticas à região, salvo em alguns casos e circunstâncias, como o acordo comercial Inglaterra-Argentina, o domínio dos EUA com relação a Cuba, por exemplo. Dois grupos de países atuaram diferentemente diante da crise: i- os da América do Sul (exclusive Equador e Venezuela) e México enfrentaram-na rapidamente, destacando-se Brasil e México como os que mais rápido agiram e que praticaram políticas efetivas de corte keynesiano e políticas de industrialização; ii- os demais, atrelados à área do *padrão-ouro/dólar*, praticamente só adotaram mecanismos protecionistas, de controle cambial e desvalorização do câmbio, posteriormente, tendo por isso mesmo, sério atraso e debilidade em suas industrializações.

De 1937 ao final da Segunda Guerra as principais potências envolveram-se naquele conflito, e entre 1947 e 1955 os EUA envolveram-se profundamente na reconstrução europeia e do Japão. Nesse transcurso, as vitórias do exército soviético consolidaram o grupo socialista, criando o anteparo político à supremacia norte americana. Assim, o imperialismo teve dificultada sua ação dominadora sobre nossa região. A partir daí, a extroversão internacional do capital

privado, primeiro dos EUA e depois da Europa e Japão, coincidiu com parte dos interesses dos principais países da região, em termos de investimentos diretos e financiamento, para o avanço da etapa *fácil* da industrialização.

Na década de 1980, a região foi duramente golpeada pela *crise da dívida externa*, com drástica redução do investimento e financiamento externos e de forte constrangimento da política econômica de industrialização.

Dada a restrição de páginas para esta versão, tratarei apenas da década de 1990, onde a passividade de nossas elites e governos diante da pressão desencadeada pelos EUA (via governo e FMI/BIRD), fez com que a região adotasse políticas econômicas de corte neoliberal e reformas institucionais (do Estado, privatização, desregulamentação do capital estrangeiro, sistema financeiro, abertura comercial, das relações de trabalho e da previdência social), - o chamado Consenso de Washington -, causando perversos efeitos estruturais, econômicos e sociais.

O trabalho conclui pela insustentabilidade do modelo econômico, que gera crises periódicas e, ao que tudo indica, está encaminhando a região para uma crise sem precedentes em nossa história.

AJUSTES E REFORMAS NEOLIBERAIS

Após a reestruturação produtiva (ainda que incompleta) feita nos países centrais na década de 1980, as empresas transnacionais (ETs) necessitavam agora reestruturar seus sistemas na periferia, mas, para isso, se defrontavam com Estados Nacionais soberanos, que poderiam obstar seus intentos. Entretanto, contavam com um poder maior, o de seus próprios Estados Nacionais ou Blocos, como a CEE, por exemplo. Por outro lado, tanto elas quanto principalmente os bancos credores, necessitavam uma “reordenação” financeira junto aos devedores, o que já vinha sendo feito através das renegociações da dívida externa e de algumas liberalizações no sistema financeiro de alguns países.

Para atingir plenamente seus objetivos, os países centrais impuseram aos países devedores políticas neoliberais, transplantando para a periferia um conjunto de mudanças institucionais, produtivas, comerciais e financeiras, do tipo que já haviam implantado em seus próprios países, que consistiam, resumidamente, em diminuição do papel do Estado, privatizações, desregulamentações, e abertura comercial.²

Para isso o discurso ideológico foi o de que a periferia precisava modernizar-se, igualando-se ao primeiro mundo, mas para isso, necessitava daquele conjunto de reformulações, das quais a peça-chave seria expor à concorrência internacional seu aparelho produtivo, para que ele ganhasse maior eficiência, produtividade e competitividade. "Explicavam" também que isso era tarefa inevitável, necessária e inadiável, diante da globalização dos mercados internacionais. Ou seja, o imperialismo voltava a atuar de forma mais dura, travestido de nova “modernidade”.³

A “inevitabilidade” dessa globalização constituiu assim, o (falso) lastro político com que muitos governos e elites periféricas aplicaram as novas regras do jogo. Vejamos, primeiro, o sentido efetivo da globalização e em seguida, o conjunto das principais reformas e políticas ou postas em prática e, por último, seus principais efeitos.

a globalização

Esta expressão tem sido generalizada e banalizada, na imprensa e na academia. Se a entendermos como uma internacionalização de atividades econômicas (financeiras, comerciais e

produtivas), ela não teria nada de novo, pois a constituição do comércio internacional em bases mais amplas é datada no século XVI e a financeira pelo menos no século XIX. Quanto à produtiva, embora também se estenda a partir do século XIX, deu-se de forma diferenciada e incompleta. Contudo, poderíamos entendê-la como sendo a intensificação mundial daquelas atividades, mas, ainda assim, é necessário discuti-la melhor. Vejamos suas três modalidades.

A *globalização financeira* representa a intensificação da mobilidade dos fluxos financeiros internacionais e de suas novas formas de manifestação, que aumenta a partir de fins da década de 1960, ganhando intensidade maior à medida que a crise financeira se agravava, que os novos sistemas de telecomunicações proporcionaram rapidez maior às operações entre territórios distantes e que os sistemas de regulamentação nacional do trânsito do capital forâneo foram sendo diminuídos ou abolidos. Essa rapidez e simultaneidade hoje possíveis não altera a essência da dependência financeira internacional dos países subdesenvolvidos; não altera a propriedade ou o domínio sobre esse capital; não impede sua fuga -salvo onde existir fortes políticas restritivas -; não elimina seu caráter discriminatório, em termos de áreas ou países e, ainda, facilita a especulação contra moedas e ativos nacionais, aumentando a instabilidade e o risco.

A *globalização comercial*, nossa velha conhecida, na maioria das vezes tem sido para nós, os subdesenvolvidos, um jogo de braço entre um *anão* (nós) e um *gigante* (os desenvolvidos). A Inglaterra só a propõe (a “liberalização” dos mercados) a partir da segunda década do século XIX, ao consolidar sua hegemonia (produtiva, tecnológica, monetária, financeira, comercial, militar e política,) no capitalismo e, portanto, quando só teria a lucrar com essa expansão dos mercados. Quando os países avançados ingressam e amadurecem na Segunda Revolução Industrial, não necessitavam pedir a abertura de nossos mercados, por que eles simplesmente já estavam abertos a essa nova produção não concorrente com nosso aparelho produtivo. Contudo, a abertura desses mercados, entre eles, e deles para nós, sempre foi restringida, controlada e protegida.

Nessa etapa, é bom lembrar, nada produzíamos que competisse com eles. Nem naquilo que já havíamos internalizado. Além disso, sempre fomos submetidos - pelos liberais - a severos e às vezes intransponíveis "requisitos" com barreiras formais (ou informais, como o convencimento ou a restrição “voluntária”). Essa tem sido nossa história.

Embora com as enormes dificuldades da década de 1980, alguns de nossos países prosseguiram no modelo. Porém, amadurecida a primeira etapa da Terceira Revolução Industrial, os EUA de novo içaram a bandeira da “abertura comercial”. É compreensível que esse país, após reestruturar sua agricultura e indústria, e face às restrições de acesso aos mercados japonês e europeu, nos exijam essa medida. Como ao Japão, pressionado pelos EUA a diminuir seus superávites comerciais com esse país; ou aos europeus, espremidos pela voragem da concorrência que lhes fazem aqueles dois países.

São muitas as ameaças feitas contra nós: a carne bovina argentina, durante mais de três décadas, foi proibida de ingressar nos EUA; o suco de laranja brasileiro paga a extorsiva taxa de US\$ 450/ T; o aço latino-americano sofre a imposição de cotas; ou a banana latino-americana, que até recentemente sofria sobretaxa de 25% na CEE, se ultrapassasse sua cota. Não é difícil, assim, entender por que nossa participação nas exportações mundiais continuou caindo de 5,5% em 1980 para 3,9% em 1990, subindo um pouco, para 5,6% em 1998. Contudo, se excluirmos o México dessas cifras, a participação do restante na década atual é muito inferior à de 1980. Dessa forma, nossa participação no PIB mundial se reduz de 6,5% em 1980 para cerca de 6% em 1998. Com isto, nossa renda per capita, que equivalia a 18% da dos países desenvolvidos em 1980 passa para 13% em 1998.⁴ Ou seja, já vimos esse filme antes...

Lembremos como as estruturas exportadoras se diferenciam, segundo os tipos de países: a) pequenos e médios, subdesenvolvidos, têm reduzida indústria, e assim, suas pautas têm, basicamente, produtos primários tradicionais; b) pequenos e médios desenvolvidos, ao contrário, com industriais altamente especializadas, competem eficientemente no mercado internacional; c) os grandes (por dimensão territorial ou mercado) desenvolvidos, embora apresentem pautas bastante diversificadas, concentram alta porcentagem de suas exportações em linhas altamente especializadas em bens de capital e eletrônicos; d) seus similares subdesenvolvidos, embora tenham alta diversificação na pauta, o fundamento de sua produção exportável é sua base de recursos naturais, trabalho barato ou em produtos altamente poluentes e consumidores de muita energia.

Com a globalização produtiva, deveríamos ter ainda mais cuidado. As ETs, reestruturadas (mesmo que parcialmente) nos países desenvolvidos, procuraram reproduzir esse movimento na periferia. Para isto, a imposição das reformas neoliberais foi (e está sendo) fundamental. Debilitados o Estado Nacional, suas finanças, sistema de planejamento e comando da política econômica e da industrial, a periferia voltou a ser um verdadeiro “paraíso” para a ação das ETs. Nossas políticas industriais foram em grande parte substituídas pelas decisões privadas das ETs: onde, quanto, em que e como investir. Em geral, seus investimentos têm sido de porte médio, sem horizonte de longo prazo e majoritariamente dirigidos ao setor serviços, que não gera exportações. Nos principais projetos industriais, fazem verdadeiro leilão entre países e regiões, buscando obter a maior vantagem possível, notadamente no campo fiscal e financeiro.

Essa reestruturação na periferia compreende não só as modificações em suas plantas preexistentes, mas também a compra de ativos nacionais (públicos ou privados), desnacionalização ou fechamento de várias plantas. Essa reestruturação trás problemas sérios para nossos países: obsolescência forçada de equipamentos, desemprego de trabalho qualificado ou não, precarização de contratos de trabalho, grande substituição de insumos nacionais por importados, enorme redução do número de pequenos e médios fornecedores e prestadores de serviços, fazendo desaparecer grande numero deles. Em resumo, a reestruturação atende, exclusivamente, aos interesses dessas empresas. Não há, assim, nem sombra de se vislumbrar uma rota de crescimento sustentado para o país.

ajuste e reformas estruturais

A partir de 1989-90, além da persistência da crise financeira e do baixo crescimento dos países desenvolvidos (salvo o dos EUA), a situação internacional sofreu forte mudança com a implosão do mundo socialista e a substancial queda das taxas de juros. Com isto, o imperialismo colocava novas exigências aos subdesenvolvidos, no sentido de completar as renegociações das dívidas externas, ao mesmo tempo que deveriam abrir seus mercados para que as ETs efetuassem sua reestruturação periférica e neles colocassem seus novos excedentes exportáveis. Era necessário, portanto, *buscar emprego para o capital ocioso*, e, para isso, era preciso “arrumar” a periferia:

- concluir as renegociações de dívidas, para equacionar melhor a situação dos credores e nos possibilitar um novo período de re-endividamento;
- debelar a inflação, para dar melhor estabilidade e menor risco ao capital estrangeiro;
- introduzir as reformas liberalizantes, principalmente abrir os mercados de bens, serviços e capitais e flexibilizar as relações trabalho/capital.

A periodização das reformas e dos ajustes não é igual para todos os países. Por exemplo,

o Chile se antecipa e o faz entre 1973 e 1979, demonstrando seu fracasso em 1981-83, como a Argentina, que também fizera sua tentativa neoliberal entre 1976 e 1979. A crise da dívida postergou esses e outros intentos. Reformas parciais, como a financeira e a renegociação das dívidas, já se iniciam, em vários países, antes de 1990. Mas, é a partir de 1989-1990 que a maior parte de nossos países inicia seus ajustes e reformas. Vejamos como se articulam essas medidas e seus instrumentos.

Os planos de estabilização tinham algumas similaridades com os anteriores: contenção salarial; restrição monetária e creditícia e juros elevados; ajuste fiscal para eliminação do déficit público. Na essência, porém, se distinguem: o câmbio, ao contrário de antes (desvalorizações para estimular exportações), foi valorizado, constituindo-se em alavanca para estimular as importações. O corte do gasto público teve como mira principal a acomodação subsequente da massa crescente de juros internos e externos.

A política antiinflacionária se completaria com outra viga mestra: a liberalização do comércio exterior, acentuada diminuição de barreiras administrativas, tarifárias e não tarifárias. barateando duplamente as importações (pelo câmbio e pela tarifa) e, com isto, pressionando para baixo os preços dos produtos similares nacionais (os “transáveis”). Assim, a maioria dos novos ajustes dispensou o congelamento ou o controle dos preços.

Agora o ajuste não era para conter a demanda interna e gerar excedentes exportáveis. A questão era mais complexa. A demanda pública era contida em função do propósito de diminuição do tamanho e da ação do Estado com os crescentes juros; a contenção salarial, para diminuir pressões nos custos públicos e privados; a elevação dos juros internos, não tanto para conter o investimento privado e sim para atrair capital forâneo, necessário para financiar o grande aumento das importações de bens e serviços e o serviço da dívida externa, agora compulsório pelos acordos de renegociação.

Contudo o receituário neoliberal prometia não só estabilidade mas também crescimento. Mas para isto, eram necessárias novas medidas “modernizantes”, que trariam maior eficácia ao setor público e ao privado. Vejamos esse conjunto de reformas. 5

As reformas comerciais e cambiais foram as que mais se generalizaram e que mais cedo foram implantadas: desde 1973 no Chile e 1976 na Argentina; México e Bolívia em 1985 e, a partir de 1988, nos demais países. Consistiram em drásticas reduções de tarifas e barreiras às importações (e às exportações), simplificações dos sistemas tarifários, liberalização e unificação de mercados de câmbio, com taxas fixas administradas ou em reduzidas “bandas de variação”.⁶ Ainda que a redução tarifária tenha sido acentuada, alguns países introduziram (em leis ou acordos internacionais) dispositivos protecionistas à agropecuária, como o Chile, México e Argentina (esta, para o açúcar de cana). Contudo, a cada crise mais severa (por exemplo, Chile e Argentina 1981-83, Venezuela em 1994, Argentina e México 1995, Brasil 1995-1996, 1997 e 1999) as liberalizações sofreram suspensões ou retrocessos temporários.

As reformas financeiras também se iniciaram antes (a partir de 1985 no Uruguai, de 1988 no Brasil, Costa Rica e Paraguai e de 1989-90 nos demais). Consistiram basicamente em introduzir as principais modificações ocorridas no mercado financeiro internacional (como mercados a termo, futuros, securitização, etc.), reformular as instituições internas (Banco Central, Instituições Financeiras, Bolsas de Valores), com o objetivo de agilizar as operações financeiras internas e externas, diminuir os encaixes sobre depósitos, liberalizar juros, reduzir o crédito “dirigido” e o subsidiado, e promover a internacionalização dos sistemas financeiros nacionais. Só após várias quebras, em cada crise, as reformas incluíram, tardiamente, medidas de reforço e aprimoramento da fiscalização. Ainda, essas crises recentes tiveram alto custo em termos de recursos governamentais alocados em socorros a essas instituições: como porcentagem

do PIB, as do Brasil, Bolívia e Paraguai, custaram em torno de 5%, a do México em torno de 10% e a da Venezuela 13%.

As demais reformas, embora uma ou outra tenha sido iniciada antes em alguns dos países, intensificam-se a partir de 1990. As *tributárias* limitaram-se à simplificação fiscal, à redução de gravames ao comércio exterior e à redução de impostos diretos para empresas e pessoas. É clara, aqui, a intenção em diminuir a taxaço para atrair investimentos externos diretos e de carteira e manter a regressividade fiscal.

Peça fundamental para a reestruturação das ETs foi a liberalização para ingresso de capital forâneo, para o que foram funcionais, além das reformas financeiras e de mercado de valores, outras medidas como a assinatura de Leis de Patentes, Leis sobre a Propriedade Intelectual e vários Acordos de Garantia de Investimentos, eliminação (total ou parcial) de restrições setoriais de alocação de investimentos, e outros. As exceções ficaram por conta do Chile e Colômbia, que criaram alguns controles para a movimentação desses capitais. Mais recentemente, os EUA propuseram o Acordo Multilateral de Investimentos, agendado para ser submetido à OCDE (abril de 1998), que, para o país que o assinar, significará a abdicação de qualquer controle sobre os investimentos externos, concessão de direitos absolutos e privilegiados, não intervenção e, absurdo maior, sustentação jurídica pelas instituições do país investidor. 7

Nas reformas da Administração Pública as propostas têm o redimensionamento do Estado como alvo, via privatizações, fim dos monopólios públicos, descentralização fiscal e de serviços, desregulamentações, desburocratização, transformação, fusão ou eliminação de órgãos públicos, dispensas de funcionários e diminuição de seus direitos. O discurso aqui, é o da procura de uma “eficácia”, passando ao mercado várias atribuições públicas. Contudo, esta talvez seja a mais complexa de todas as reformas, e seu andamento tem ocorrido mais em seus aspectos parciais do que de seu conjunto.

A reforma patrimonial do Estado, pelas privatizações de ativos públicos, cresce após 1989 mas suas metas foram contidas por razões: estratégicas, como no caso do cobre chileno, que gerava 50% das divisas do país e uma receita parafiscal importante, só foi parcialmente privatizado; ou também político-institucionais, como no caso do petróleo mexicano, por exigir reforma constitucional e pelo momento político porque passava o México em 1994. A mais radical até o momento foi a da Argentina. O acesso a ativos públicos também tem ocorrido via concessões para exploração de serviços públicos, como correios, aeroportos, rodovias, ferrovias, telecomunicações, etc. Uma área de interesse crescente tem sido a dos bancos e instituições financeiras, principalmente durante este tormentoso período de crises financeiras que vem crescendo desde 1994.

Um dos problemas sérios que resultam das privatizações é o das regulamentações que deveriam ser feitas previamente para reger esses monopólios agora privatizados. As regulamentações ex-post sofrem a forte influência dos novos donos e, em geral, chegam depois de a porta ter sido “arrombada”. Essas transações, por outro lado, constituem importantes mecanismos (variável, de país a país) para o investidor privado, pelo uso de títulos de dívida externa desvalorizados no mercado internacional, aceitos pelo valor de face (ou com algum desconto), o que representa ganho adicional para o comprador.

Por outro lado, essas transferências patrimoniais têm sido feitas a “preços de ocasião”, desmentindo o falso discurso de que o Estado necessita esses recursos para saldar suas dívidas. Não raro, o Estado tem aumentado tarifas e preços públicos dessas empresas, antes de formalizar a privatização, aumentando-lhes potencialmente os lucros. Muitas, mesmo assim, pioraram o serviço prestado e algumas tiveram que ser reincorporadas ao acervo público (como as rodovias

mexicanas). Em que pese que o valor médio apurado com as privatizações entre 1990 e 1999 atingiu algo em torno de 1% do PIB, isto está muito aquém do volume dos juros da dívida pública (interna e externa) e, portanto, aquele argumento não tem sustentação. Contudo, representa hoje parcela importante do investimento direto estrangeiro, tendo sido, no total acumulado entre 1988 e 1995, de 45% na Argentina, 80% no Peru e 31% na Venezuela. Entre 1990 e 1999 o total das privatizações na América Latina atingiu o valor equivalente a US\$ 151 bilhões.⁸

Por último as pertinentes à questão do trabalho. A reforma da Previdência, já concluída em sete países e em tramitação em outros seis, tem como base o pressuposto de que os sistemas preexistentes (de repartição) tornaram-se inviáveis, com déficit crescente, onerando o orçamento público e aumentando a incerteza sobre sua capacidade de pagamento dos beneficiários a longo prazo. Também está no campo destas reformas, as recentes instituições (ou alterações) do seguro desemprego. As propostas (pensões e invalidez) caminham na direção da substituição do sistema de repartição para um exclusivo de capitalização (Chile) ou um misto (Argentina e Colômbia, por exemplo). Evidentemente, entre seus objetivos encontram-se também os de “homogeneização” de benefícios e de critérios, além de sua privatização, embora com tutela do Estado.

A despeito da legião de entusiastas pelo sistema de capitalização esta se reveste de alta complexidade e risco. Para o seu sucesso, é necessário, de um lado, uma boa dinâmica de crescimento de longo prazo da economia, para que - em tese - as empresas nas quais os chamados Fundos de Pensão invistam tenham rentabilidade “normal” a longo prazo e que os títulos públicos por eles adquiridos tenham também liquidez e rentabilidade. Isto entretanto não basta, uma vez que esse sistema também exige crescente incorporação de novos contribuintes - isto é, novos trabalhadores formais.

Para que o trabalhador, ao final de sua vida contributiva, tenha uma pensão de valor igual ao seu salário de contribuição, este, ao longo de sua vida contributiva, terá que crescer em termos reais. Ora, estas condições não estão presentes no horizonte latino-americano, que tem tido crescimento modesto, alto desemprego, crescente precarização e informalização do trabalho e queda do salário real. A experiência chilena tem poucos anos, tanto para que se tomem os de alta rentabilidade dos Fundos (nos anos de alto crescimento e alta rentabilidade privada) como os anos maus (crise, recessão, etc.) em que apresenta - como nos sistemas públicos - déficits temerosos.⁹

As reformas das relações de trabalho se iniciam a partir de 1990 (salvo o Chile, que a inicia em 1981) e têm como fundamento o rebaixamento dos custos laborais (redução de jornada com redução de salário, redução de encargos trabalhistas, redução do custo de dispensa (a que foi realizada no maior número de países), quebra de estabilidade e flexibilização legal para contratos temporários..

É compreensível que a resistência política a este tipo de reformas seja maior nos diferentes países e, talvez por isso é que seu processo tem sido demorado e gradual. É de se lamentar o conteúdo claramente ideológico e oportunista de governos, empresários e lideranças sindicais de direita, ao afirmarem que com a legalização dos contratos temporários de trabalho o emprego aumenta. A realidade, como se verá adiante, é que essas mudanças resultam em uma precarização ainda maior no mercado de trabalho, com salários menores, perdas de direitos e com tempo de trabalho diminuído.

principais resultados

Se examinadas pelo movimento dos preços, as políticas de estabilização foram exitosas. Se iniciam a partir de 1990 (salvo a do Chile, em 1981). Os preços ao consumidor atingiram taxa média anual de 364% em 1988 passando a 1680% em 1990 caindo para 199% em 1991, com o programa da Argentina. Recrudescem para 877% em 1993, e voltam a cair a 26% em 1995 com o programa brasileiro, e em torno de 10% a partir daí. Contudo, a maioria dos atuais processos de estabilização padece da armadilha que é a sua sustentação na valorização cambial, posta em sobressalto, diante das crises de balanço de pagamentos ou ataques especulativos. Essa forte instabilidade implícita pode aflorar, como sucedeu nos casos mais recentes do México (1995-97), Venezuela (1993-96 e 1997-98), Equador (1995-99) e Brasil (1999), que tiveram retornos de maiores altas de preços em suas recentes crises. Os principais mecanismos intensamente utilizados nesses programas foram (e muitos ainda seguem sendo):

- juros reais elevados, praticados bastante acima do mercado internacional. Depois de pequena baixa, entre 1991 e 1994, as crises imprimiram novo movimento altista entre 1994, 1997, 1998 e 1999;

- drástico controle da expansão da moeda e do crédito. Entretanto, o alto volume de entrada de capital estrangeiro implicou em grande aumento da liquidez real, aumentando o crédito privado, e anulando parte dos efeitos da política monetária;

- câmbio valorizado: tomada a média 1987-90 = 100 teríamos taxas de câmbio reais efetivas (para exportação) em 1997, de 51 para o Peru, 55 para o Brasil, 70 para a Argentina, 72 para a Colômbia, 83 para o Chile e 85 para o México (graças à desvalorização de 1995, com a crise;); 10. Contudo, a crise em 1999 obrigou a fortes desvalorizações em vários países, mas a Argentina, México e Venezuela ainda apresentavam acentuadas valorizações acumuladas;

- orçamento fiscal : poucos países aumentaram as receitas em proporção ao PIB e vários cortaram o gasto (notadamente em pessoal, social e investimentos), resultando em diminuição acentuada dos déficits. Confrontando os déficits observados durante a década de 1980 e os primeiros anos da de 1990, eles diminuem fortemente. Contudo, a partir de 1994-95, dos 19 países que informaram suas contas, 13 voltaram a aumentar seus déficits e em 1998-1999 todos voltaram a ser deficitários, o Brasil ostentava os maiores déficits.

O efeito conjugado destas medidas atingiu seus objetivos: juros elevados atraíram o capital externo e o câmbio valorizado estimulou fortemente as importações, ancorando os preços internos.

As políticas de abertura e globalização surtiram seus efeitos: enquanto, como vimos acima, nossa participação mundial no PIB e nas exportações caíam com a abertura, a participação nas importações mundiais, que fora de 5,5% em 1980 e caíra para 4,5% em 1990 volta para 5% a 6% nos anos recentes. Graças a crises (em alguns países) e melhoria de preços de exportação (em muitos), as exportações crescem em 1990/1999 à taxa média anual de 9,1% mas a das importações atingiu 12,6% (15,8% em 1990/1997), alterando radicalmente o sinal da balança comercial de praticamente toda a região. A principal fonte do desequilíbrio origina-se no colossal aumento das exportações dos EUA para a América Latina, que passaram de US\$ 35 bilhões em 1987 para US\$ 191 bilhões em 1998. Em 1998-1999, o ímpeto importador foi em parte contido (pela recessão e pelas desvalorizações), mas em 2000 o desequilíbrio já retornou.

Obviamente o câmbio barato e o maior volume importado aumentaram também a conta de serviços: turismo, frete, seguros, remessa de lucros e juros da dívida, dado que agora, renegociada que fora, seu serviço tinha que ser cumprido. É também preocupante o aumento da relação remessa de lucros / exportações de bens e serviços, que passa de 4,1% em 1991 para 5,8% em 1999, justamente num momento em que se apregoa a vinda de fantásticos e imensos

investimentos, uma vez que o comportamento do investimento estrangeiro sempre foi o de só remeter quando o horizonte estava cinza ou escuro e reinvestir sempre que ele estava claro e promissor.

Contudo, embora a relação juros da dívida externa/exportações de bens e serviços tenha, em termos médios, baixado de 21,6% em 1991 para 14,4% em 1997, para a Argentina, Brasil, Nicarágua e Peru, ela tem se situado em torno de 20% a 25%. O mesmo ocorre com a relação remessa de lucros/exportações de bens e serviços: a média caiu, mas, para a Argentina, Brasil, Chile e Colômbia ela se situava em 1999, entre 8% e 10%.¹¹

Assim, o déficit do balanço em transações correntes (em US\$ bilhões) passa de 9 em 1989 para, em 1994, fantásticos 47,7 (ocasionando a quebra do México, que participou com 62% daquele valor e abalo na Argentina (com cerca de 20% daquele valor). Em 1995 e 1996, com o recuo temporário mexicano e argentino e com a valorização do real brasileiro (que atuava como uma desvalorização da moeda argentina frente ao câmbio brasileiro) aquele valor recuou para 32,2 e 35,5 nesses anos), mas com um novo país quebrado, o Brasil, cujo saldo passa, de um valor positivo de 1,6 em 1989 para os negativos de 18,0 em 1995, 24,3 em 1996, 33,4 em 1997 e 33,0 em 1998.

Contudo, a “melhoria” latino-americana de 1995-96 era enganosa, fruto da seguinte soma algébrica: da redução drástica e temporária dos déficits argentino e mexicano devido às suas crises, do brutal aumento do déficit brasileiro e do superávit da Venezuela, causado pela grave crise interna. Em 1997 e 1998, no entanto, e como dita a dinâmica do modelo atual, a recorrência dos déficits foi violenta: (em US\$ bilhões), respectivamente, o argentino sobe a 9,8 e 13; o chileno, a 3,2 e 4,0; o mexicano a 6,6 e 12,0; fazendo com que a soma do déficit em conta corrente dos sete países capitalistas pesquisados passasse, de 28,3 em 1995, para 56,0 em 1997 e 70,0 em 1998, desnudando uma situação muito mais grave do que a de 1994. De novo, em 1999-2000, com as desvalorizações e recessões, o déficit “melhoraria”...

Por outro lado, o aumento de nosso comércio entre 1990 e 1999 precisa ser melhor detalhado: no período, as exportações para o conjunto da América Latina aumentaram 115% mas as do México cresceram 233% (efeito da crise de 1994-95 e do “beneplácito” dos EUA; com as importações deu-se o contrário, no conjunto cresceram 184% e no México 237%. Portanto, se excluirmos o México do cômputo geral, a situação do restante dos países, em média, é ainda pior: suas exportações não só cresceram pouco, mas também abaixo do crescimento das importações. Com as exportações de manufaturados, ocorre o mesmo: as exportações mexicanas cresceram quase o dobro do aumento verificado no restante dos países.

É desnecessário dizer que quando observamos as relações “de risco”, por exemplo, dívida/exportações e constatamos uma “substancial” melhora para a América Latina, também aqui temos que separar esse conjunto: para o México, ela passa de 2,3 em 1991 para 1,1 em 1999 mas para a média da América Latina, as cifras são 2,7 e 2,1. Mais adiante examinaremos os efeitos da abertura sobre a agricultura e a indústria.

O exame do comércio no Mercosul mostra cifras crescentes e grandes, e que 25% de suas vendas totais foram para o próprio mercado. Contudo, essa instituição padece de vários problemas sérios para a continuidade e aprofundamento de sua integração. A heterogeneidade entre seus membros atuais (e futuros), em termos estruturais (produção, renda, fiscalidade, salários, etc) não permite, a bem da verdade, uma integração tipo mercado comum, como pretenderam lhe dar. Não esqueçamos que a CEE está tentando completar sua integração há mais de 40 anos e ainda se defronta com problemas sérios.

Contudo, sua instituição se deu num momento complicado para os dois principais sócios:

a Argentina iniciava seu programa de estabilização, culminando com o congelamento do câmbio e sua valorização e o Brasil continuaria ainda por mais quatro anos, com sua inflação e sua política de desvalorizações periódicas. Isto propiciou ao Brasil elevados superávites entre 1991 e 1994. Contudo, nesse ano foi o Brasil que adotou uma política de valorização cambial, alterando o preço relativo entre as duas moedas nacionais, revertendo aqueles saldos, que, a partir de 1995 são da mesma dimensão absoluta só que de sinal contrário. Isto amorteceu o grave problema cambial argentino, porém, a partir de 1999, quando o Brasil desvalorizou seu câmbio, o risco de uma severa crise cambial na Argentina se agravou. Isto mostra, portanto, a elevada instabilidade dessa instituição.

O resultado das políticas liberatórias do capital estrangeiro, ajudou a reverter a situação anterior. Com efeito, o fluxo líquido da conta de capital (não deduzidas as remessas de juros e lucros) que, no período 1977-81 equívaleu a 5,3% do PIB e caiu para 1,3% em 1983-89, passou a 2,6% em 1990-91, a 4,3% em 1992-94 e, face às crises de 1994-95, caiu para pouco acima de 3%. Se excluirmos dessas cifras as entradas de capitais não autônomos, o fluxo líquido restante seria de -1,9% em 1983-90, de 3,2% em 1991-94, caindo para 1,6% em 1995 (várias crises) e de 3,6% em 1996. ¹² Em 1998 e 1999 o investimento direto externo cresceu, basicamente no Brasil, graças, principalmente às privatizações.

A aposta nos atuais ajustes consiste exatamente nisso: bancar, durante “alguns anos”, com fortes entradas de capitais, o rombo da conta de transações correntes e das amortizações da dívida. Essa aposta, contudo, padece de pelo menos dois problemas sérios: a volatilidade e o movimento cíclico nos países desenvolvidos. O primeiro diz respeito às reações conjunturais que os capitais de curto prazo apresentam diante de variações das taxas reais de juros, das crises nos países para onde migram e da rápida movimentação de que dispõem - com as desregulamentações havidas - para migrar em busca do ganho fácil e rápido. Esses movimentos estão implícitos nas cifras acima.

O segundo se refere às reações diante de períodos de prosperidade no centro, com juros mais altos e acumulação crescente, quando ali investem, e dos períodos recessivos, com quedas de juros e da acumulação, quando migram, como o fazem a partir de 1990. Ou seja, é complicado apostar em algo em que não temos qualquer controle.¹³ Contudo, existem outros problemas também sérios, hoje de escasso ou nenhum controle, como o do tipo de aplicação, do setor em que o capital deseja investir, seus objetivos de longo prazo e seus efeitos nas estruturas de produção, comércio e emprego.

Por exemplo, em 1977-81 três quartos das elevadas entradas líquidas eram constituídos de empréstimos de longo prazo, mas, a partir daí, minguaram. Os investimentos diretos sempre tiveram participação menos instável, porém modesta: menos de 20% naquele período, quando representavam 0,9% do PIB, e pouco menos de um quarto em 1992-94, (1% do PIB): ao longo desse período oscilaram entre 0,7% e 1% do PIB, atingindo cerca de 2% em 1996 e estima-se em 2,5% para 1997-1998. Contudo, boa parte destes investimentos eram vinculados a operações com dívida externa, privatizações e transferência privada de propriedades, pouco significando em termos de aumento de capacidade produtiva. Quando alocado em setores produtivos, alterou, neste período atual, sua estrutura setorial: antes, predominava na indústria, hoje, em serviços públicos e financeiros, os quais, como se sabe, não só não são exportadores mas são grandes geradores líquidos de remessas de lucros. A grande exceção tem sido o México, por seu ingresso no NAFTA, com investimentos predominantes na indústria, e países dotados de recursos minerais, que têm recebido inversões em mineração e petróleo.

A outra alteração significativa se deu com os investimentos em carteira, que passam a ser majoritários a partir de 1990: perfazem em 1991-94, cerca de 70% do capital autônomo, fogem

com a crise em 1995 e reaparecem em 1996, (54% daquele fluxo), para sair de novo. O maior peso desse tipo de capital, volátil por natureza, hoje dá maior instabilidade aos mercados financeiros latino-americanos. É bom lembrar que já em 1999, a transferência líquida de recursos externos foi negativa para o total latino americano, como em 1990!

Outros três aspectos merecem advertências. O primeiro é o de que as inversões diretas são alocadas *onde* (interferindo, portanto, na concentração regional), *quanto* e *quando* interessa às ETs, e isto significa, para nossos países, que a reestruturação que está sendo feita é, para nós, passiva, isto é, que abdicamos da soberania de fixar os rumos de nosso crescimento e transformação. Reforça este argumento o fato de que muitos desses investimentos subordinam outros -muitas vezes públicos- de apoio logístico (infra-estrutura, por exemplo) a eles. O segundo é que, para se instalar num país as ETs têm feito verdadeiros leilões de localização, cujo prêmio para elas é um formidável conjunto de incentivos principalmente tributários, financeiros e infra-estruturais, cujo valor muitas vezes supera o próprio montante da inversão originária; ao setor público do país recipiente, isto adiciona mais alguns buracos nas contas públicas e cortes nos gastos.

O terceiro aspecto diz respeito aos efeitos dessa reestruturação sobre o comércio exterior (ampliando importações), na produção (desestruturando segmentos produtivos) e no emprego, aumentando o exército de desocupados. Se compararmos nossas “tomadas de decisões” de hoje, com relação ao ingresso desses investimentos, com as que tomávamos à época das políticas de “substituição consciente de importações” a diferença é radical. Antes, o projeto era analisado sob o ponto de vista de seus efeitos cumulativos positivos (diretos e indiretos) em vários setores e áreas da economia, como emprego, balanço de pagamentos, uso de insumos e equipamentos nacionais, geração de impostos, etc. Hoje, o que se vê como resultado dessas inversões é a completa ausência crítica desses efeitos e o que se percebe quando se os analisa, é a geração de efeitos negativos: importam muito mais insumos e bens de capital do que antes (na instalação e na vida útil); desestruturam, com isso, cadeias de produção nacional; ao reestruturarem desempregam e se o investimento é novo, o emprego criado é mínimo; dos impostos que vão gerar, o Estado vai lhes devolver grande parte, como incentivos à inversão. Vejamos alguns aspectos das principais alterações no investimento e na produção.

O coeficiente de inversão bruta fixa, a despeito dos elevados déficits em transações correntes (a “poupança do exterior”) e do financiamento externo apenas cresceu levemente: da média de 27,6% verificado em 1980, oscilou durante a “década perdida”, em torno de 19%; subiu a 19,5% em 1991-93, mantendo-se em torno de 20% no restante da década. Após 1989, apenas Chile, dos países pesquisados, apresenta média anual pouco maior do que a da década de 1980.

As principais razões desse fraco desempenho são: os elevados juros internos que a maioria dos países praticam; a própria dinâmica do atual modelo, que é intrinsecamente importador, causou desmedido crescimento de importações (de todos os tipos) frente às quais os produtos nacionais similares não têm como competir; a drástica redução do investimento público, que com isto diminui seus efeitos emuladores do investimento privado; a dinâmica de crescimento setorial da economia, mais alta em serviços (com menor exigência de capital) do que na produção de bens.

Como o modelo é importador e o investimento é modesto, o crescimento do PIB precisa contar com a expansão do consumo. Para isto, está servindo, em grande medida, o crescente financiamento externo, alimentando, no sistema bancário, a expansão do financiamento ao setor privado: entre 1989 e 1995, nos países com as mais elevadas entradas de capital (Argentina, Chile, Equador, México, Paraguai e Peru), o crédito ao setor privado, em porcentagem do PIB

médio mais do que duplicou. É desnecessário advertir que isto altera a estrutura do endividamento externo, aumentando a participação privada (bancos, empresas e famílias) e, com isto, aumentando seriamente o risco de maiores quebras financeiras nas crises e mesmo nas desvalorizações cambiais.

Entre os períodos 1983-89 e 1992-94 para esses mesmos países, em média, o gasto em consumo aumentou 2,6 pontos percentuais do PIB médio, as importações aumentaram 2,9 (as de consumo 2,2) e as entradas de capital 4,7. Examinado o comportamento da poupança e da inversão bruta neles ocorrida, constata-se redução da poupança nacional, não compensada pela alta da poupança externa, e a queda da taxa de inversão. Ou seja, durante quase todos esses anos, na maioria dos países, foi o consumo que impulsionou mais as taxas de crescimento, do que o investimento.¹⁴

Examinada a inversão bruta em termos de seus dois grandes componentes (construção e máquinas e equipamentos), as séries disponíveis a preços constantes mostram que o item *construção*, cuja participação no investimento total vinha aumentando ao longo da década de 1980, sobe ainda mais, de 47,5% em 1990 para 64,4% em 1998 com o item *máquinas e equipamentos* perdendo sua posição relativa. O Brasil parece ser o caso mais grave, dado que este item pesava com cerca de 40% do total em 1990, cifra que sobe para 65,8 em 1998; no mesmo período, o investimento em máquinas e equipamentos se reduzia em 46% em termos reais (preços de 1995) e o investimento total em 2,5%. Dentro os países pesquisados, só Argentina, Chile e México apresentam aumento na proporção desse item. Contudo, esses dados se revestem hoje de grande complexidade analítica, uma vez que, com as profundas alterações nos preços relativos, as séries mostram distintos resultados, se a preços constantes ou correntes. Quanto ao investimento fixo total, como já se viu, sua taxa subiu levemente nos anos noventa, mas se encontra abaixo da de 1980.

O PIB regional, entre 1981 e 1990 cresceu à taxa média anual de 0,9% e, entre 1990 e 1999 à de 3,2%: o movimento não foi uniforme durante o período: reduzidas taxas de crescimento em cinco anos da série, altas em dois e médias nos restantes. Em termos de países, o exame dos dados anuais, entre 1990 e 1999 mostra dois períodos de aceleração (1992-1994 e 1996-1997) e dois de forte desaceleração (1994-1995 e 1997-1999).

Quer dizer: o modelo permite crescimento (em alguns casos, a taxas altas), até que suas possibilidades agüentem, sejam as internas (inflação, crise fiscal, crise política) ou as externas (ataques de especulação, cortes de financiamento externo, queda de preços externos para certos produtos estratégicos, como o cobre (Chile) ou o petróleo (México e Venezuela). A “saída”, em todos os casos, é sempre uma recessão ou desaceleração, agravando a questão social, o desemprego e o endividamento. Em seguida, vem uma "recuperação", aceleração e novo desastre...

Em termos do PIB por habitante, nossa taxa média anual, entre 1981 e 1990 fora de -1,1% e, entre 1990-99 crescemos à de 1,4%: ou seja, levamos 20 anos para, praticamente, retornar a um nível apenas 4% superior ao obtido em 1980! Dos países pesquisados, a renda média no Peru ainda estava 8% abaixo de 1980 e a da Venezuela mostrava a espantosa redução de 30%!

Examinemos, sucintamente, os principais movimentos dos setores produtivos.

Na década de 1980, a agropecuária cresceu pouco mais do que o PIB (2% contra 1,1%), face aos graves problemas que afetaram sua demanda (queda drástica de preços de exportação, crise mundial, fraco desempenho da demanda interna). As disponibilidades de nutrientes para humanos, nos sete países pesquisados sofreu redução calórica e protéica entre 4% e 10% na

Argentina, México e Venezuela, entre 1980 e 1994 e variações positivas similares nos demais.¹⁵

Entre 1989 e 1999 a agropecuária cresceu à média anual de 2,5%, pouco menos que o do PIB (2,8%), graças à expansão das exportações, beneficiadas não só pela recuperação parcial (pós 1993) de alguns preços externos mas também por retirada de impostos sobre suas exportações; aumento da demanda interna de matérias primas (ainda que a indústria tenha tido baixo crescimento) e da demanda interna de consumo. Contudo, as políticas de estabilização e de abertura causaram quedas reais nos preços internos, barateando o consumo interno e reduzindo a renda real do setor. Esse crescimento moderado -porém acima do industrial- fez com que sua participação no PIB, dos 7,5% em 1980 passasse a 7,8% em 1990 e 7,1% em 1998, contrariando sua acentuada tendência de queda, em nossa evolução histórica.

Dificuldades de financiamento, cortes de subsídios, juros altos e câmbio valorizado foram obstáculos a um crescimento maior, notadamente para a agricultura mais moderna e competitiva. Contudo, a abertura comercial e o câmbio estimularam fortemente as importações de produtos agropecuários (processados ou não): os dados da FAO mostram que, entre 1987 e 1994 o valor das importações (com preços mais altos e maior volume) aumentou 137%.

Essa política constrangeu (em todos os países) a produção de vários bens: trigo, algodão e laticínios, foram os mais afetados, mas também o milho, arroz, oleaginosas, açúcar e carne de boi e de porco sofreram quedas ou estagnações da produção. Obviamente, estes efeitos variaram de país para país, de acordo com suas condições específicas. O balanço comercial de produtos agropecuários (processados ou não) de cada um dos países pesquisados mostra que: a) o México torna-se deficitário, e seu déficit em 1994 foi quase seis vezes maior do que o de 1985, ano da abertura; b) o Peru também se torna deficitário; c) a Venezuela aumenta consideravelmente seu déficit; d) Argentina, Brasil e Colômbia restringem ou diminuem seus superávites; e) e o Chile, pela opção já comentada, passa a ser superavitário.

As novas políticas também afetaram os setores exportadores: forte redução do cultivo de produtos menos competitivos, deslocalização espacial (de produção e de emprego, em busca de terras mais baratas ou produtivas), intensificação tecnológica de insumos e máquinas, gerando maior desemprego, disponibilização de terras por aumento de produtividade, causando grandes baixas no preço da terra. Embora sejam positivas as melhorias de eficiência e competitividade, elas também agudizam tanto os problemas do desemprego, das demandas de novas infra-estruturas públicas (para os novos espaços agrícolas) e, notadamente, da balança comercial. Entre 1987-90 e 1994, as exportações desses produtos da Argentina, Brasil e México cresceram cerca de 40% mas suas importações aumentaram, respectivamente, 368%, 163% e 106%, diminuindo a anterior potencialidade que o setor sempre teve para financiar o déficit dos demais setores.¹⁶

O setor industrial total (mineração, construção e transformação) entre 1989 e 1999 cresceu (2,9%) graças principalmente à mineração (3,9%) e à construção (3,0%). A indústria de transformação, que na década de 1980 praticamente estancou (taxa média anual de 0,1%) cresceu à média de apenas 2% seriamente afetada não só pelas várias crises do período mas, principalmente, pela avalanche de importações industriais.

O acúmulo, desde 1980, desse fraco desempenho fez com que a participação da indústria no PIB caísse: a total, de 37,7% naquele ano para 28,5% em 1998 e a de transformação, de 28,8% para 19,2%, desnudando o caráter regressivo do modelo em voga. Os países mais afetados foram Argentina e Brasil, cujas participações da indústria de transformação caem, respectivamente, de 29% para 17% e de 31% para 20%. A indústria mexicana, em grande parte convertida numa "divisão de produção industrial da economia norte-americana" foi das que perdeu menos (22% para 21%).

O drástico rebaixamento tarifário e a valorização cambial provocaram avalanche de importações de toda ordem: para a classe média e elites, ávidas em restaurar um padrão de consumo contido nos anos oitenta; empresários que necessitavam fazer importações tópicas de equipamento (ou tecnologia) para sobreviver na “competição”, e as ETs, que, ao reestruturarem suas plantas (ou as que compravam) modificavam radicalmente a origem de seus equipamentos e insumos, desnacionalizando ainda mais a indústria, agora não só na propriedade mas também nas relações interindustriais.

As importações totais (agrícolas e industriais) a preços correntes, aumentam 229% entre 1989 e 1998, as de bens intermediários, em 206%, as de bens de capital em 354% e de bens de consumo em 347%, sendo que as de veículos de passageiros quase decuplicaram! Com isto, o argumento de que as importações teriam o objetivo básico de modernizar a capacidade produtiva e aumentar a competitividade do país, caía por terra. Nossos sábios PHDs oficiais, ou enganaram a Nação, ou não se deram conta de que essa era uma via de mão única.

Se examinarmos as pautas dos três mais industrializados, constatamos o seguinte: a Argentina, que, entre 1980 e 1990 teve suas exportações de manufaturados passando de 23% para 29% da pauta, ainda conseguiu aumentá-la, para 38% em 1998, graças ao Mercosul; o Brasil aumentou-as de 37% para 52% mas, em 1995, atingiu apenas 54%; o México, que passara de 12% para 43%, graças à sua incorporação ao processo produtivo norte-americano via NAFTA e à brutal recessão de 1995, atinge, nesse ano, 77% e 85% em 1998. O caso é único, como se vê!

A balança comercial de produtos industriais alterou-se radicalmente. Entre 1990 e 1994, dos países aqui pesquisados (os sete maiores), apenas o Brasil e a Venezuela (deficitária até o início da crise de 1994) apresentavam saldo positivo (porém decrescente). Colômbia com déficit (em US\$ bilhões) de 7,0 em 1994, Argentina com 10,1 e México com 23,7 eram os líderes dessa marcha. O coeficiente de exportações industriais (exportações/valor da produção) para a América Latina passa, de 8,6 em 1980 para 12,7 em 1990 e para 21,7 em 1993 enquanto o de importações, nos mesmos anos, cai de 14,1 para 13,1 subindo rapidamente para 29,4. Contudo, os dados para a América Latina estão defasados, pois no período 1994-1999, enquanto o PIB latino-americano aumentou em 18% as importações totais aumentaram 50% tendo o Brasil sofrido um dos maiores aumentos (11% no PIB e 46% nas importações), aumentando consideravelmente o coeficiente médio de importações industriais.

Infelizmente, os “sábios” oficiais estão tirando os Censos da moda. Sem eles, é extremamente difícil fazer as pesquisas de que tanto está necessitada a indústria latino-americana. Contudo, utilizando-se o pouco que se tem de informação é possível se tirar a seguinte conclusão de longo prazo, sobre as mudanças estruturais dessa indústria. Com o Programa PADI da Cepal, é possível detectar, entre outras coisas, as principais transformações ocorridas na estrutura produtiva industrial. Através dele se pode constatar os seguintes pontos, sobre os sete países pesquisados:

- a maior expansão e diversificação da indústria química latino-americana se deu entre fins dos anos setenta e início dos oitenta. Esse fenômeno teve maior amplitude, naturalmente, nos três maiores países, onde mais cresceram e diversificaram os segmentos de química mais complexa. Com as políticas de abertura nos anos noventa já se podem notar reduções ou fortes desacelerações nos setores mais complexos (Argentina, Colômbia e Peru) e nos mais simples (México e Venezuela);

- o único caso de avanço estrutural dos setores leves (alimentação, bebidas e fumo) é o Chile, cujo governo militar e suas elites, optaram, na década de 1970, por uma opção “neo primária-exportadora”, com uso intenso de recursos naturais. Ali, o peso daquelas indústrias passa de 16,8% do total da indústria de transformação em 1970, para 26,6 em 1980 e 29,6% em

1994, um caso talvez inusitado na história da industrialização;

- as indústrias metalmecânicas também se desenvolveram no mesmo período, nos mesmos países. Contudo, as políticas de abertura (desde os anos setenta) explicam seus fracassos e retrocessos. Os segmentos mais dinâmicos nos anos noventa, são material de transporte (automóveis de passageiros), restringido à Argentina, Brasil e México, e produtos eletrônicos. Isto leva a estrutura produtiva a um patamar supostamente mais avançado, estimulado pelo consumo das classes de altas rendas e não pela acumulação produtiva. As políticas de abertura estancaram ou reduziram a participação da produção de bens de capital em praticamente todos os países e na de aparelhos eletrônicos (Chile, Peru e Venezuela).

Resumidamente, o avanço industrial de maior complexidade (química de base, petroquímica e bens de capital), é herança do período em que ainda se ousava fazer política econômica e industrial. O “avanço” atual é fruto do ajuste passivo, das decisões das ETs e do delírio consumista.

Vejamos o compartimento terciário, que compreende dois segmentos: o de *serviços básicos* (água, eletricidade, gás, comunicações, transporte e armazenagem), e o de *outros serviços* (comércio, finanças, aluguéis, prestação de serviços, educação, saúde, etc.). O primeiro hoje representa cerca de 9% do PIB e o segundo 50%.

O terciário total, entre 1989 e 1999, teve crescimento médio anual de 3,2%, pouco acima do PIB. A intensificação da informática e o maior volume de produção e de negócios (principalmente comércio e importações) estimulou o uso mais intenso da infra-estrutura existente, com o que os *serviços básicos* cresceram a 5,2% anuais. Os *outros serviços* tiveram baixa taxa média anual de (2,6%), principalmente o financeiro (por força das políticas de estabilização), queda em parte compensada pela expansão das importações e do comércio, pela crescente terceirização de serviços na agropecuária e na indústria e pelo aumento da precarização do trabalho e do desemprego, que estimulam a expansão dos serviços pessoais, do comércio ambulante, etc.

O problema do emprego e a questão social foram sumamente agravados. A taxa de desemprego urbano aberto para a média (ponderada) da América Latina passa, entre 1980 e 1990, de 6,2 a 5,9 e para 8,7 em 1999. Entre 1990 e 1999 o desemprego aumenta, figurando entre os maiores, o da Argentina (de 7,5 para 14,5), Colômbia (de 10,5 para 19,4) e Venezuela (de 10,4 para 14,9). O Chile, dadas suas elevadas taxas de crescimento do PIB pode diminuí-lo, de 9,2 para 6,2 em 1993, mas, com a desaceleração que se segue, o desemprego volta a crescer para 9,8 em 1999.

O subemprego por tempo de trabalho ou renda piorou em praticamente todos os países: seus indicadores (não ponderados) apontam para números de cerca de 10% em 1990 para 15% em 1996, na questão das horas trabalhadas e se mantém alto na questão renda (cerca de 20%). Indicadores relativos à estabilidade e proteção ao trabalhador mostram também sérias pioras. Por outro lado, a precarização do mercado de trabalho aumentou, com a taxa de informalidade passando, 40% em 1980 para 52% em 1990 e 56% em 1995, compensando parte das perdas de emprego do setor público e das grandes empresas. 18

O salário mínimo real urbano, entre os principais países, havia superado os níveis de 1990 (salvo no México, Peru e Venezuela) mas, em relação aos níveis de 1980, encontravam-se escandalosamente reduzidos: para 1980 = 100, eram em 1999, de 93 no Brasil, 75 na Argentina, 45 na Venezuela, 27 no México e 29 no Peru. O Chile era um dos raros que apresentava nível maior (40%). Quanto ao salário médio real, de difícil e complexa comparação face às mudanças estruturais, na Argentina, em 1999, encontrava-se 24% abaixo do de 1980, no México em 20%,

no Peru, 66% e na Venezuela 69%. O Chile, de novo, era a raridade, com níveis mais altos (45%) do que em 1980, acompanhado de perto pelo Brasil (11%).¹⁹

Entre 1990 e 1997, a pobreza e a indigência da população urbana diminuíram, de 35% e 12% respectivamente, para 30% e 10%, mas ambas se mantêm muito acima dos níveis de 1980 (25% e 9%). Com a população rural, o quadro ainda é pior: a pobreza cai, entre 1990 e 1997, de 58% para 54% (mesma taxa de 1980) e a indigência, de 34% para 31%; em relação a 1980 (acima da de 1980). O número de pobres, em milhões de pessoas, nas zonas urbanas aumentou, entre 1990 e 1994, em 14,6 e o de indigentes, em 6,5.20

Embora tenha ocorrido maior crescimento do produto, recuperações ou ganhos parciais de salários e efeitos (apenas imediatos) positivos de algumas das políticas de estabilização, a distribuição de renda, para os 40% mais pobres da população. As melhoras observadas em apenas dois dos sete países examinados, além de muito pequenas, têm caráter mais circunstancial do que estrutural.²¹

Esse quadro do emprego e da renda das famílias, quando justaposto à piora dos serviços públicos sociais (saúde e educação, principalmente) é a contra-face da profunda deterioração social em que hoje vivemos. É a mola propulsora da violência, do tráfico, da prostituição e da corrupção que atinge hoje praticamente todo o espaço urbano e parte do rural da América Latina. A diferença do crime, da contravenção, da insegurança e da injustiça, entre os diferentes países, é apenas de grau.

notas finais

Não se pretende aqui tirar conclusões “definitivas” sobre os rumos vindouros da América Latina, mas tão somente remarcar algumas questões mais importantes e que afetam todo o conjunto latino-americano.

i - a sustentabilidade do modelo é impossível, dado que seu principal determinante é o fluxo de capital externo, que teria que ser permanente e crescente. As lições da década de 1920 e as recentes crises de 1994-95, 1997e 1998-1999 desnudaram essa possibilidade. As taxas anuais do PIB dos principais países, entre 1989 e 1999, com as estimativas para 2000, confirmam a debilidade e a *descontinuidade do crescimento*. Na Argentina elas foram altas em 1991-94 e 1997, modesta em 1996, forte recessão em 1995 e 1998-2000; no Brasil, alta em 1994, modestas em 4 anos e baixas ou negativas em 6; no México foram altas em 1990 e 1996-1998), modestas em 5 anos e em outros 2, baixas e com violenta recessão; no Peru e na Venezuela, altas em 4 anos, médias em e na maior parte dos outros 6, negativas ou baixas; na Colômbia, altas em 1993-95, modestas em 5 anos e baixas em 3. O Chile teve melhor desempenho: 9 anos com taxas acima de 5% e 2 com baixas.

ii - justamente nos períodos de retomada do crescimento, a recorrência do aumento das importações repõe o aumento do déficit de transações correntes, inviabilizando, a médio prazo, a continuidade da expansão. Contudo, os economistas *oficiais* teimam em não ver essa consequência;²²

iii - No passado recente, os economistas, nas *políticas de estabilização*, usaram processos que na maioria das vezes significava apenas, "esconder a inflação debaixo do tapete", através de indexações reduzidas, congelamento, brutal aumento da dívida pública e outros expedientes. Hoje, reinventaram a valorização cambial, que impulsiona os juros para cima, aumenta os custos financeiros, inibe o investimento produtivo, altera violentamente a estrutura de preços relativos e fortalece a fogueira da especulação. A menos que a *memória inflacionária*

tenha um curso de tempo suficiente para destruí-la,²³ não há outra saída senão a destruição parcial da riqueza privada acumulada nesse processo. Caso contrário, a inflação reprimida "sairá do tapete". Contudo a qualquer crise cambial de maior vulto, e desvalorização se torna crucial, repondo novamente o processo inflacionário;

iv - Alguns economistas ingênuos - até mesmo da esquerda - julgam que o problema da *dívida externa* está equacionado, dados as recentes renegociações e as enormes entradas de capital. Contudo, ela passou (em US\$ bilhões) de 180 em 1979 a 440 em 1989 e a 760 em 1999, e a maior parte do aumento se deu no setor privado. Isto aumenta ainda mais a instabilidade e o risco, pois diante de desvalorizações que, *mais cedo ou mais tarde virão*, quebrarão muitas empresas e instituições financeiras;

v - Há que ressaltar-se também a entrada de *investimentos diretos*, que nestes anos deslocou-se da produção física para o ganho fácil das privatizações, para os oportunos negócios de compras de empresas nacionais e para os ramos de serviços, onde se destaca a crescente internacionalização dos sistemas financeiros nacionais. Alocado em setores não comercializáveis, geram ainda crescente fluxo de remessa de lucros.

vi - A *privatização de ativos públicos* e a concessão de serviços públicos é parte integrante do receituário neoliberal, que usa argumentos parcialmente válidos, como a *questão fiscal* e a da *eficiência produtiva*.²⁴ É fato que elas representaram, entre 1990 e 1999, cerca de 1% do PIB médio de todos esses anos, mas seu efeito "curativo" é parcial e passageiro, dado que os déficits retornam, por outras razões bem conhecidas. O argumento fiscal não se sustenta, principalmente no caso das estatais que, embora altamente lucrativas, também foram privatizadas. Um dos absurdos das *novas teorias* tem sido identificar o financiamento de estatais lucrativas, como *aumento do déficit*.

Quanto à eficiência, quando medida pela lucratividade, é ocultado da discussão o seu *caráter público* e, muitas vezes, seu papel na política de estabilização, contendo forçosamente seus preços. Tampouco é levado em conta o fato de que o preço de compra desses ativos tem sido incrivelmente rebaixado, aumentando artificialmente a taxa de lucro. Por outro lado, ao vendê-las, o estado perde o controle de parte do investimento e da política econômica setorial e mesmo as *regulamentações* têm sido feitas com atraso ou grande deficiência e os entes reguladores raramente têm poder político para enfrenta-las. Quanto ao argumento do *aumento da concorrência*, basta examinar os países latino americanos para que se constate a *nova oligopolização privada*, verdadeiro criatório de novos grupos econômicos vinculados à banca internacional;

vii - *Consumo e Investimento* são os principais indicadores da economia, sendo o Investimento Interno Bruto Fixo seu principal determinante de crescimento. Mas, como se viu, o Consumo cresceu nos anos noventa, tanto quanto ou mais do que o investimento, pois este está inibido, pelos escorchantes juros e pela incerteza e instabilidade. Fortemente deprimido nos anos oitenta, o Consumo, com o barateamento das importações e abundância do crédito externo, teria que voltar com toda força. Mas, advirta-se, o crescimento do PIB, maioritariamente determinado pelo consumo, tem vida curta.

viii - Esse aumento de importações, tanto de bens de consumo como de insumos estão a *desestruturando nossos parques produtivos* (agrícolas e industriais), comprometendo seriamente a geração de valor agregado e principalmente de empregos. A gravidade maior disto é que, diante de uma inexorável crise cambial que imponha uma forte redução de importações, a *reversibilidade dessa desestruturação* é problemática, agravando ainda mais a crise, pela dificuldade em *re-substituir* essas importações.

ix - Os defensores do modelo apregoam a melhora da *distribuição de renda* na fração mais pobre da população. Contudo, essa melhora decorre da estabilização dos preços, é do tipo *once for all*, e não de natureza corretiva estrutural. Além disso o modelo, ao desregularizar e liberalizar o capital beneficiou especuladores e ampliou ainda mais a classe dos *rentiers*.

x - Por outro lado, a continuidade das reformas ora em marcha conduzirá os Estados Nacionais a um grau ainda menor de *intervenção na economia*, paradoxalmente, quando ela se torna mais necessária, para a reconversão da política econômica. Esta, contudo, certamente exigirá um difícil e complexo arranjo político interno e externo, com necessário *turnover* nos segmentos dirigentes da Economia, da Política e do Estado.

xi – Por último, como o novo modelo é altamente sensível às flutuações internacionais, seu futuro estará condicionado pela evolução da conjuntura internacional, e qualquer reversão desta encontrará o Estado desaparelhado para oferecer uma resposta positiva mais imediata. A conjuntura atual, não é das mais favoráveis, se caracterizando pela desaceleração no crescimento mundial e que poderá desencadear (principalmente na Ásia) uma sucessão de novas desvalorizações cambiais capazes de trazer impactos negativos sobre a balança comercial dos países latinos.

Finalmente, um exame sumário das principais diferenças e das "*estratégias*" econômicas dos principais países da região sugere que eles poderão ter histórias diferentes:

~ o Chile, talvez o mais diferente, optou por crescer com base em seus recursos naturais, com discutível e difícil perspectiva futura, face ao problema de esgotamento de recursos e de competição com outros concorrentes. A propósito, vários capitalistas chilenos que muito ganharam com esse rumo, têm adquirido terras em outros países, como Peru e Argentina, onde poderão produzir bens concorrentes com as que fazem no Chile;

~ o México avançou sua indústria, porém a está convertendo (já em fase avançada) em *complemento da indústria norte-americana*, atrelando-se assim, à dinâmica e às determinações maiores daquele país. Apesar do sucesso da expansão de suas exportações após a crise de 1995, não escapou da dinâmica perversa do modelo, voltando a ter enormes déficits em conta corrente, continuando a sofrer as agruras da crise internacional;

~ a Argentina amarrou-se ao congelamento cambial, de *forma institucionalizada*, e luta hoje para tentar a busca de um remédio miraculoso que a possa salvar da desvalorização cambial do Brasil. Contudo, e de novo de *forma institucionalizada*, decretou limite máximo (1%) para seu déficit fiscal e discute, no momento, uma *dolarização de jure*, oportunisticamente extensível ao Brasil;

~ este, por sua vez, seguiu os passos mexicanos e argentinos rumo ao desastre cambial, que não tem cura, e cujo paliativo é composto pela desvalorização abrupta, recessão, renegociação da dívida e novos empréstimos, resultando em quebras financeiras, novo aumento das dívidas externa e pública interna, e agravamento do quadro político e social, já hoje bastante complexo e sem rumo;

~ a Colômbia constituía importante diferença em relação aos demais países: a estrutura de seu endividamento (médio para longo prazo), sua baixa inflação e a estabilidade maior de seu crescimento, permitir-lhe-ia que sua política econômica e suas reformas pudessem trilhar caminhos diferentes. Contudo, copiou-os, de certa forma, com o que sua situação social ficou ainda mais problemática;

~ a Venezuela, dada sua pequena base produtiva agrícola e industrial, também optou por seus recursos naturais, no caso, o petróleo. Mas, como se sabe, não é com recursos naturais

que se irá ao *primeiro mundo*, que seremos competitivos, e nos desenvolveremos. Pior ainda, neste país, é que o peso econômico do petróleo é muito alto: 70% a 80% da pauta exportadora e da carga fiscal, produção em torno de 20% do PIB e ocupação de apenas 2% da PEA. Produto primário suscetível de grandes flutuações, é o *Oásis* ou o *Inferno* da economia: se sobem seus preços (ou se a quantidade exportada aumenta), cresce a receita fiscal, o gasto público e o investimento, mas também podendo trazer violenta valorização de câmbio; na queda, a receita cambial e a fiscal encolhem, mas o desejo (e a necessidade) de importar se mantém, e o gasto público tenta resistir aos cortes: aí vem a inevitável inflação e recessão. É o *paradoxo do petróleo*. A surpreendente vitória de Chavez e suas primeiras medidas institucionais progressistas, contudo, trouxeram novo alento àquele país;

no Peru, 86% de suas exportações são produtos primários, e sua base agrícola e industrial é também precária. Além da estabilidade da moeda, as maiores cifras que conquistou com a abertura e com Fujimori, foram uma taxa de 76% de subemprego na região metropolitana de Lima, e queda de 60% no salário real, em relação a 1980. A profunda deterioração do país levou a uma desmoralizante renúncia de Fujimori, em 2000, em grande parte por pressões dos EUA. Contudo, sua saída pode apenas significar a entrada de mais uma embromação...

Que pensar do futuro destes países? Ele é incerto, mas penso que o agravamento desse processo forçará os rumos de sua superação, que somente poderá ser buscada com a restauração da soberania nacional, hoje entregue ao imperialismo. A crise social atinge hoje níveis inusitados e se estende por todos os países. A classe média alta e as elites gozam as delícias das importações e das viagens internacionais baratas, mas são incapazes de atinar para o fato simples que decorre do aumento do desemprego, que é o aumento da contravenção e do crime, que inclusive se volta também contra ela. Os conservadores apelam para paliativos antigos e novos, seja a construção de mais cadeias (pois as rebeliões diárias nas atuais estão atingindo níveis de calamidade), seja em modificações sutis no abrandamento das penas ou na mudança de suas formas, pois já não há dinheiro público para construir e manter mais cadeias, hoje hiper lotadas.

BIBLIOGRAFIA

- Abramo, L. Mercados laborales, encadenamientos productivos y políticas de empleo en América Latina. ILPES, Santiago, 1997.
- Bielschowsky, R. y Stumpo, G. Transnational corporations and a structural changes in industry in Argentina, Brasil, Chile and Mexico. CEPAL REVIEW, n. 55, CEPAL, Santiago, 1995.
- Cano, W. Reflexões sobre o Brasil e a nova (Des)Ordem Internacional. Unicamp, 4a.ed. Campinas, 1995.
- _____. Notas sobre o imperialismo hoje. Crítica Marxista v.1 n. 3 . Brasiliense, SP, 1996.
- _____. Soberania e Política Econômica na América Latina. Unesp/Unicamp-Instituto de Economia, São Paulo/Campinas, 2000.
- Cardenas S., M. Empleo y Distribución del ingreso en America Latina. Hemos avanzado?. TM Ed. Bogotá, 1997.
- CEPAL. Panorama Social. CEPAL, Santiago, (vários anos).
- _____. Economic Indicators. CEPAL, Santiago, 1997 A.
- _____. Estudio Económico de America Latina y el Caribe (vários anos). CEPAL, Santiago.
- _____. Balance preliminar de la economia de America Latina y el Caribe. CEPAL, Santiago, 1997 B.
- _____. Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe. CEPAL, Santiago, (vários anos).
- FAO. El estado mundial de la agricultura y la alimentación 1996.. FAO, Roma, 1996.
- Ffrench-Davis, R. El efecto tequila, sus orígenes y su alcance contagioso. Desarrollo Económico n. 146, v.37, IDES, Buenos Aires, jul-dic/1997.
- Gómez-Oliver, L. Efectos de la apertura externa y la liberalización financiera sobre el sector agropecuario en América Latina y el Caribe. in Cuadernos de la Cepal n. 81. CEPAL, Santiago, 1997.
- Held, G. y Szalachman, R. Flujos de Capital Externo en America Latina y el Caribe: experiencias políticas en los noventa. Serie Financiamiento del Desarrollo n. 50. CEPAL, Santiago, abr. 1997.
- ILPES. Reforma y Modernización del Estado. ILPES, Santiago, 1995.
- Naciones Unidas. Estudio Económico y Social Mundial (varios anos) ONU, NY.
- Tavares, M.C. Acordo de Investimentos, Privatização e Cidadania. Folha de S.Paulo, p.6/2, 1-3-1998.
- Tavares, M.C. e Fiori, J.L. Desajuste Global e Modernização Conservadora. Paz e Terra, RJ. 1993.
- Uthoff, A. Reformas a los Sistemas de Pensiones en America Latina y el Caribe. CEPAL, Série Financiamiento del Desarrollo n. 29. Cepal, Santiago, 1995.
- Uthoff, A., Ffrench-Davis, R. y Titelman, D.. Entorno macroeconómico para el desarrollo productivo en el contexto de entrada de capitales externos. in Cuadernos de la Cepal n., 81. CEPAL, Santiago, 1997.

NOTAS:

- ¹ Este texto é versão resumida, adaptada e parcialmente atualizada do capítulo inicial de meu recente livro “Soberania e Política Econômica na América Latina” – UNESP/UNICAMP, 2000, que contém outros 8 capítulos sobre Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, México, Peru e Venezuela.
- ² A implantação dessas políticas, nos países desenvolvidos, não tiveram os mesmos efeitos devastadores sobre seus capitais e empresas nacionais, como nos subdesenvolvidos, dada a manutenção de uma forte regulamentação estatal e o poder que desfrutavam no cenário internacional. Na Inglaterra esses efeitos foram mais corrosivos, e em todos, os malefícios sociais (notadamente desemprego e sub ocupação), foram expressivos.
- ³ Sobre as formas de sua atuação hoje, ver: Cano (1995 e 1996).
- ⁴ Com a África ocorreu pior: suas exportações mundiais caem de 4,7% em 1980, para 2,3% em 1990 e 1,9% em 1996; sua participação no PIB mundial, que foi de 2,0% em 1980 cai para 1,8% em 1996. Sua renda per capita, que em 1980 equivalia a 4% da dos países desenvolvidos cai para apenas 2,7% em 1996. Cf. CEPAL (1997 A) e Naciones Unidas (1997).
- ⁵ Para um balanço e discussão das reformas ver: Cárdenas S. (1997), CEPAL, *Estudio 1997*, Held y Szalachman (1997), ILPES (1995), Naciones Unidas (1997), Uthoff (1995).
- ⁶ A Argentina, a partir de 1991, constitui o caso mais radical de taxa fixa.
- ⁷ Ver a respeito o artigo de Tavares (1998).
- ⁸ Cf. CEPAL, 1997, pag. 50 e CEPAL *Estudio 1997*.
- ⁹ O citado trabalho de Uthoff (1995) mostra através de dados e de simulações, a necessidade objetiva e inequívoca do atendimento daquelas condições. Suas simulações, considerando o aumento mais que proporcional de maiores de 65 anos na estrutura etária latino-americana e a alta taxa de informalização do mercado de trabalho (55% em 1993), sugerem a necessidade de um aumento anual do salário médio real em 1,5% e um aumento do emprego formal de 1,7% (resultando no crescimento da renda em 3,3%) para que o atual sistema de repartição pudesse manter constante a relação pensão/ taxa de contribuição. O exame da realidade latinoamericana nega essa possibilidade. Por outro lado, sua análise do sistema de capitalização chileno mostra que se o Fundo de Pensão manter uma rentabilidade líquida anual inferior a 5% é praticamente impossível pagar uma pensão igual à sua renda mensal real. Ora, uma renda líquida de capitalização que cresça anualmente 5% em termos reais, durante 35 anos, na América Latina, é algo de difícil credibilidade.
- ¹⁰ Cf. Uthoff, Ffrench-Davis y Titelman (1997), p.51, para 1986-1995: 1997 (média jan-set.) foi encadeado com os dados de CEPAL (1997 B).
- ¹¹ Cf. Cepal (1997 B).
- ¹² Cf. CEPAL *Estudio 1997* e Held y Szalachman (1997).
- ¹³ A exceção hoje, na América Latina, são as regulamentações existentes no Chile e na Colômbia, que põem algum freio a essa liberdade, mas que nem por isso estão imunes ao jogo. Cf. Held y Szalachman (1997). O Brasil, recentemente, também introduziu pequenas restrições, *suavizadas* na crise de 1998..
- ¹⁴ A análise desses países está em Held y Szalachman (1997), p. 14-28.
- ¹⁵ Cf. FAO (1996).
- ¹⁶ Para uma discussão mais ampla ver: Gómez-Oliver (1997).
- ¹⁷ Sobre o papel recente das ETs, na Argentina, Brasil, Chile e México ver: Bielschowsky e Stumpo (1995). As cifras apontadas foram calculadas pelo autor via Programa PADI-CEPAL.
- ¹⁸ Dados em: CEPAL *Panorama Social 1997* e *Estudio 1997* e Abramo (1997).
- ¹⁹ No caso chileno, a reestruturação econômica resultou, em relação ao período 1974-1983, em grande aumento do emprego e do salário. Como se sabe, em épocas de maior desocupação de trabalhadores, com predominância de menor qualificação, como tem ocorrido no Brasil, estatisticamente o salário médio pode subir sem que se alterem os salários dos ocupados.
- ²⁰ Cf. CEPAL: *Anuario 1999/2000*, e *Panorama Social 1996 e 1999-2000*. O número absoluto de pobres se refere ao cômputo de 19 países.
- ²¹ Cf. CEPAL: *Anuario 1999/2000 e Panorama Social 1996*.
- ²² Ver por exemplo, as críticas e advertências de Ffrench-Davis (1997) e Tavares in Tavares e Fiori (1993) sobre México, Chile e Argentina, feitas em 1992. Agora mesmo, em 1997, economistas oficiais de vários países da região previam taxas de crescimento em torno de 5% para 1998, melhoria dos déficits fiscais e de conta corrente e da inflação, mas a realidade foi mais forte do que suas *idéias*.

²³ Por exemplo, a longa e pronunciada deterioração do salário mínimo legal em quase todos os países da região já não é mais contestada *plenamente*, a despeito que se pode e se sabe calcular a dimensão de sua corrosão de longo prazo. A plena restauração de suas perdas poderiam causar tal impacto que até mesmo lideranças de esquerda e sindicais não a reivindicam mais.

²⁴ Estas reflexões surgiram da leitura e análise dos diferentes países. Entre os analistas desse processo, Azpiazu (1995) oferece contundente crítica ao caso argentino, de que me vali para para estas notas.